

REFORMA POLÍTICA
— E —
DIREITO ELEITORAL
CONTEMPORÂNEO

1

**Estudos em homenagem ao
MINISTRO LUIZ FUX**

REFORMA POLÍTICA E DIREITO ELEITORAL CONTEMPORÂNEO
Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux

Produção: Aurélio Faleiros Lopes e Ariane Messias

Editoração e capa: Poliana Silva

Reforma Política e Direito Eleitoral Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Ministro Luiz Fux.

Carlos Eduardo Frazão, Rafael Nagime e Tarcisio Vieira de Carvalho Neto (coordenadores). – Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2019.

720 p.

ISBN: 978-85-5328-019-3

1. Direito. I. Título

CDD 340



Editora Migalhas

Av. Presidente Castelo Branco, 600
Ribeirão Preto, SP CEP: 14.091-413
Telefax: (16) 3617.1344
migalhasbooks.com
migalhas@migalhas.com.br

— Sumário —

APRESENTAÇÃO	9
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Carlos Eduardo Frazão e Rafael Nagime	
PREFÁCIO	11
Presidente do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli	
Parte I	
Direito Constitucional Eleitoral	
O regime jurídico das pré-campanhas: conciliando liberdade e igualdade no processo eleitoral	17
Luiz Fux	
Por um Direito Eleitoral Constitucional	41
Carlos Eduardo Frazão	
Direito Constitucional Eleitoral Comparado	53
Alonso Freire	
Direito Eleitoral e Democracia	81
Carlos Bastide Horbach	
<i>Bush v. Gore</i> Through the Lens of Constitutional History	101
Michael J. Klarman	
Prática constitucional eleitoral no Supremo Tribunal Federal: entre juízes reais e ideais	143
Gabriel Cruz	
Diálogo ou disputa entre Congresso e Supremo no direito eleitoral: a supremacia judicial no Brasil como sofisma	161
Miguel Gualano de Godoy	
Eduardo Borges Espínola Araújo	

As limitações ao Poder de escolha do eleitor e a [in]afastável sombra da inconstitucionalidade	187
Rafael Nagime	
O Ativismo Judicial e o Tribunal Superior Eleitoral: análise das decisões sobre a certidão de quitação eleitoral	195
Daniel Falcão	
A Cláusula de desempenho estabelecida pela Emenda Constitucional 97: possibilidade de diálogo constitucional entre o STF e o Poder Constituinte derivado?	217
Fábio Lima Quintas	
Consequencialismo e Direito Eleitoral	233
Admar Gonzaga	
Apontamentos sobre liberdade de expressão em tempos de revolução digital	253
Rosa Maria Weber	
Estêvão André Cardoso Waterloo	
Ações afirmativas e a burla aos incentivos: as mulheres e os mandatos eletivos	269
Marilda de Paula Silveira	
Fraude em DRAPs dos percentuais mínimos de cota de gênero	293
Manuella Nonô	
A Democracia da Democracia Intrapartidária	313
Luciana Lóssio	
Não me convidaram para essa festa da democracia: mostrando a cara do Brasil	325
Irapuã Santana do Nascimento da Silva	
A justificativa da autonomia dos partidos políticos na Constituição	339
Rafael Moreira Mota	
O Novo Financiamento Eleitoral Brasileiro e Nepotismo: a Impossibilidade de Utilização do Fundo Especial de Financiamento de Candidatos e do Fundo Partidário para a Contratação de Parentes	367
Daniel Castro Gomes da Costa	

Parte II
Desafios e tendências do Direito Eleitoral Contemporâneo

O Eleitor Finado de Pescaria Brava /SC	
Universalidade de sufrágio ou Super Soberanos?	393
Gilmar Ferreira Mendes	
La función electoral	407
José M. Pérez Corti	
<i>Fake News e Fair Play</i> Eleitoral – Desafios para as eleições de 2018	435
Sérgio Silveira Banhos	
<i>Fake News e Democracia</i>	441
Bruno Bodart	
<i>FAKE NEWS: novos instrumentos e táticas antigas. O uso da tecnologia como via de (des) informação política</i>	451
Alexandre Basílio Coura	
O impacto das <i>Fake News</i> nas campanhas eleitorais	473
Luiza Veiga	
Eleições de 2018 e Combate a <i>Fake News</i>	485
Diogo Rais	
As Regulações do <i>Lobby</i>: O desafio de democratizar o debate público ao entregar a chave à raposa	505
Andréa Magalhães	
As candidaturas avulsas no Brasil	523
Augusto Aras	
As candidaturas avulsas no Brasil: o dia seguinte	537
Ana Claudia Santano	
As candidaturas avulsas no contexto brasileiro: primeiras impressões tocantes ao Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.054.490	551
Rodrigo Terra Cyrineu	

A transparência das informações públicas e as novas tecnologias como meio de fortalecimento da democracia participativa	575
Marco Aurélio Mello	
Luiz Fux e o crime de exegese	589
Flávio Jaime de Moraes Jardim	
A interminável busca por um sistema eleitoral ideal para o Brasil: uma visão pragmática	601
Roberto Carlos M. Pontes	
Direito de Antena: aspectos legais e comentários às ADI'S nºs 4.430, 4.795 e 5.105 ..	617
Marcio Antonio Boscaro	
Carlos Vieira Von Adamek	
Diálogos constitucionais: uma análise crítica do julgamento da ADI nº 5.105 (Direito de Antena II)	637
Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva	
O tratamento jurídico de conteúdos eleitorais na internet: notas para uma sistematização	655
José Rollemberg Leite Neto	
A propaganda eleitoral antecipada pós-reforma: uma mudança pela cidadania	683
Tiago Ayres	
A democracia partidária <i>interna corporis</i> ancorada na conceitualização política de uma autonomia partidária constitucional	695
Thiago Fernandes Boverio	
A competência da justiça eleitoral para apreciar controvérsias decorrentes de atos intrapartidários	705
Ezikelly Barros	
Sérgio Antônio Ferreira Victor	

REFORMA POLÍTICA
E
DIREITO ELEITORAL
CONTEMPORÂNEO

2

**Estudos em homenagem ao
MINISTRO LUIZ FUX**

REFORMA POLÍTICA E DIREITO ELEITORAL CONTEMPORÂNEO
Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux

Produção: Aurélio Faleiros Lopes e Ariane Messias

Editoração e capa: Poliana Silva

Reforma Política e Direito Eleitoral Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Ministro Luiz Fux.

Carlos Eduardo Frazão, Rafael Nagime e Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (coordenadores). – Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2019.

496 p.

ISBN: 978-85-5328-018-6

1. Direito. I. Título

CDD 340



Editora Migalhas

Av. Presidente Castelo Branco, 600
Ribeirão Preto, SP CEP: 14.091-413
Telefax: (16) 3617.1344
migalhasbooks.com
migalhas@migalhas.com.br

— Sumário —

APRESENTAÇÃO	9
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Carlos Eduardo Frazão e Rafael Nagime	

PREFÁCIO	11
Presidente do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli	

Parte III
Direito Material Eleitoral

Direitos políticos positivos	
Novos contornos constitucionais do voto no Brasil:	
a (salutar) adoção do voto facultativo	17
Thiago Lôbo Fleury	

O controle da suspensão de direitos políticos no âmbito do Tribunal Europeu de Direitos Humanos	39
Miguel Pérez-Moreno	
Tradução: Frederico Franco Alvim	

Reelegibilidade do chefe do Poder Executivo em municípios limítrofes e inelegibilidade reflexa	55
Fabrício J. Mendes Medeiros	

As inelegibilidades da Lei da Ficha Limpa e o princípio constitucional da proporcionalidade	67
Gustavo Severo	

A inelegibilidade prevista na alínea “j” do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar 64/1990	85
Eduardo Damian Duarte	

A improbidade administrativa como fundamento da Inelegibilidade: um (necessário) cartão vermelho para práticas desonestas	101
Abhner Youssif Mota Arabi Valter Shuenquener de Araujo	
O comportamento de agentes públicos em campanha eleitoral: condutas vedadas ou permitidas?	123
Daniane Mângia Furtado	
Condutas vedadas aos agentes públicos: cessão ou uso de bens públicos	141
Anderson Alarcon Guilherme Barcelos	
A suspensão do processo de registro de candidatura como imperativo de eficácia para o art. 26-c da lei complementar 64/90	153
Ruben Antônio M. V. Mariz	
A responsabilidade eleitoral dos influenciadores digitais pelo uso indevido dos meios de comunicação	167
Frederico Franco Alvim Volgane Oliveira Carvalho	
Ainda sobre religião e política e sobre o “abuso do poder religioso”: o preocupante cerceamento da liberdade de expressão e de manifestação política de membros de comunidades religiosas pela Justiça Eleitoral	203
Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro	
Aspectos relevantes da inelegibilidade da alínea ‘g’ do art. 1º, I, da LC nº 64/90	249
Luiz Eduardo Peccinin	
As inelegibilidades legais: relação entre as alíneas g e h	273
Rodrigo López Zilio	
As consequências da identificação de candidaturas laranjas: estudo de caso sobre cassação e desincentivos à representatividade feminina na política	293
Marilda de Paula Silveira	

Parte IV

Direito Processual Eleitoral

Apontamentos sobre litispendência (art. 485, V, do CPC/2015) e reunião processual (art. 96-B da Lei nº 9.504/97) no Direito Eleitoral: questões controvertidas. Cotejo entre representação por captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97) e ação de investigação judicial eleitoral (art. 22 da LC nº 64/90)	321
Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	
Kleber Lacerda Filgueiras Tavares	
Possibilidade (ou não) de se apurar fraude em AIRC	341
Andréa Ribeiro de Gouvêa	
Impugnação de registro de candidatura: uma análise da prática brasileira, seus paradoxos e efeitos colaterais para a democracia	353
Orlando Moisés Fischer Pessuti	
Reclamação, impugnação e recurso em matéria eleitoral	371
Paulo Henrique dos Santos Lucon	
Embargos de declaração nos processos eleitorais sob a égide do Novo Código de Processo Civil	395
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro	
A natureza coletiva da ação eleitoral	407
Flávio Cheim Jorge	
O § 2º do art. 489 do CPC/2015 e a ponderação nos casos de prestação de contas na Justiça Eleitoral	423
Humberto Martins	
O procedimento da AIJE e a produção da prova pericial: um diálogo difícil com o CPC	433
Luiz Fernando Casagrande Pereira	

O efeito suspensivo dos recursos sob a ótica da Minirreforma Eleitoral de 2015 e do novo Código de Processo Civil	445
Marcelo Vieira de Campos	
Richard Pae Kim	
Representação prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97: uma análise conjuntural diante das peculiaridades da jurisdição eleitoral e da pluralidade das ações previstas na legislação eleitoral	467
Lília Maria da Cunha Fernandes	
AUTORES – Volumes I e II.....	481